



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 74ª
(SEPTUAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA DEBATER O PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 46/2007 – PDOT,
DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO,
DE 10 DE SETEMBRO DE 2008.**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Benício Tavares e Eurides Brito.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 10 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 55 minutos.

**ATA SUCINTA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 10 DE SETEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.**

Revisora: _____ Chefe do Setor: _____ (Li/Cr/LO/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Benício Tavares):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Benício Tavares):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.126, de 2008, da CAF, CDESCTMAT e CCJ, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei Complementar nº 46/2007 – PDOT, de autoria do Poder Executivo.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO E DA CAF**, Deputado Benício Tavares
- **PRESIDENTE DA CDESCTMAT**, Deputado Batista das Cooperativas
- **PRESIDENTE DA CCJ**, Deputada Eurides Brito
- **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL**, Cassio Taniguchi
- **PRESIDENTE DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – BRASÍLIA AMBIENTAL**, Gustavo Souto Maior
- **CONSELHEIRO TITULAR DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO – CONPLAN**, Henrique Brandão Cavalcante
- **CONSELHEIRO TITULAR DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO – CONPLAN**, George Guilherme Francisconi
- **DIRETOR DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**, Rôney Nemer



2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES, presidente da sessão e da CAF

– Apresenta quadros com o resultado das 11 audiências públicas realizadas, em conjunto, pela CAF, pela CDESCTMAT e pela CCJ para debater o projeto enviado pelo Governo, e destaca os principais temas abordados e os pontos de conflito observados.

– Enumera as questões sobre as quais já há consenso entre as três comissões envolvidas.

– Comunica que tramitam na comissão cerca de 50 emendas e 40 sugestões ao projeto.

CASSIO TANIGUCHI, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

– Destaca a importância do PDOT para o desenvolvimento urbano territorial do Distrito Federal.

– Esclarece que o atraso na tramitação do Plano Diretor decorreu da necessidade de alteração da Lei Orgânica do Distrito Federal, a fim de adequá-la ao Estatuto das Cidades.

– Observa que o projeto enviado originalmente a esta Casa sofreu modificações por iniciativa do próprio Executivo e em razão das audiências públicas realizadas pela CLDF.

– Lista os pontos mais significativos do novo PDOT e as vantagens de sua aplicação tanto para a área urbana quanto para a rural.

– Salaria que o processo de participação popular foi garantido com a realização, pelo GDF, de mais de 165 reuniões locais e regionais e 3 audiências públicas, além das realizadas pela CLDF.

– Afirma que todas as propostas e sugestões apresentadas foram estudadas, debatidas e disponibilizadas ao público por meio do *site* da Secretaria na Internet.

– Agradece a possibilidade de participar deste debate.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES, presidente da sessão e da CAF

– Explica a diferença entre esta comissão geral e as audiências públicas realizadas.

HENRIQUE BRANDÃO CAVALCANTE, conselheiro do CONPLAN

– Considera que o assunto já foi amplamente discutido pelo Conselho e que existem elementos adicionais que esclarecem dúvidas que permaneceram pendentes no processo de discussão.

– Refere-se à maneira democrática como o processo está sendo conduzido.

– Revela que, por ser engenheiro, analisou o projeto sob o prisma ambiental, levando em conta a preservação dos recursos naturais.

– Lembra a organização geopolítica do Distrito Federal há cinqüenta anos.

– Espera que o novo PDOT não seja um documento mudo, mas que garanta uma visão cada vez mais clara dos destinos e do futuro do Distrito Federal.

GEORGE GUILHERME FRANCISCONI, conselheiro do CONPLAN

– Enfatiza que o PDOT é um instrumento de gestão e não uma coleta de reivindicações e de expectativas, que podem acabar por levar o Executivo à inércia devido à quantidade de demandas conflitantes não resolvidas.

– Acredita que Brasília é a cidade que apresenta melhor equação urbano-ambiental e que as zonas de contenção propostas são um equívoco.

– Destaca que o Plano Diretor é urbano e não rural.

– Cita dois grandes problemas de Brasília: equacionar os aspectos econômico e ambiental da cidade e conciliar o fato de ela ser patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, uma metrópole.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Acredita que, se a CLDF, com o apoio da sociedade, conseguir um Plano Diretor que oriente a construção da cidade que queremos, terá dado um grande passo.

GUSTAVO SOUTO MAIOR, presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

– Avalia que o Plano de Ordenamento Territorial deverá representar um equilíbrio entre as visões díspares de diversos segmentos.

– Destaca a importância fundamental da preservação do meio ambiente em qualquer plano de uso e ocupação do solo.

– Aponta peculiaridades do Distrito Federal em relação à questão ambiental.

– Crê que têm sido alcançados avanços importantes no aprimoramento do projeto, embora restem pontos a ser debatidos com maior profundidade.

– Afirma que a discussão do PDOT deve contemplar os planos fundiário, ambiental e urbanístico.

DEPUTADA EURIDES BRITO, presidente da CCJ

– Propõe a distribuição de cópias do esboço das conclusões das comissões às pessoas presentes nas galerias.

– Comunica que será aberto o prazo para apresentação de emendas de plenário e recomenda que as pessoas façam uso dessa oportunidade para transformar seus anseios em realidade.

– Comenta alguns dados da tabela de análise do conjunto de manifestações das audiências públicas e enfatiza que ainda é possível a participação popular por intermédio de sugestões e solicitações aos deputados.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS, presidente da CDESCTMAT

- Saúda os presentes no plenário e nas galerias.
- Parabeniza as comissões da CLDF e os técnicos do GDF pelo trabalho, e a comunidade do DF pelas sugestões apresentadas.
- Acrescenta que mais de 50% dessas sugestões foram atendidas.
- Adverte que o DF não pode suportar outro período similar à última década, pois não é viável repetir o que ocorreu na Estrutural, no Itapoã e em Vicente Pires.
- Apregoa que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário devem se unir em força-tarefa para elaborar um ordenamento efetivo para o DF.
- Repudia o fato de 500 mil famílias viverem de forma irregular no Distrito Federal.
- Avalia que, mesmo que não seja ideal, a forma menos traumática para resolver essa questão é a regularização e frisa que o PDOT é o instrumento adequado para isso.
- Salaria que é necessário ter a coragem de efetivar uma política habitacional e que o caminho é a ocupação ordenada e planejada do solo.
- Declara que sempre defendeu a criação do Setor Habitacional Catetinho, com a harmonização entre o homem e o ambiente.
- Considera importante transmitir para a população de baixa renda a cultura da verticalização.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE, líder do Governo

- Cumprimenta os membros das três comissões pelo zelo na condução dos trabalhos pertinentes ao PDOT.
- Valoriza a contribuição substancial dada pelos órgãos do Governo, sem nenhuma ingerência no Poder Legislativo.
- Sugere aos relatores das comissões elencar as principais recomendações feitas pela comunidade nas audiências públicas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES, presidente da sessão e da CAF

– Participa que, a partir de amanhã, as atas das audiências públicas, assinadas pelos presidentes das três comissões, estarão disponíveis para os parlamentares e também para todas as pessoas que as desejarem.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – PT

– Parabeniza os presidentes das três comissões pelo trabalho conjunto que estão realizando.

– Julga que, para aprofundar o debate, será necessário conhecer o texto do relatório das comissões, que ainda não está pronto.

– Questiona até que ponto estão ameaçadas as áreas de proteção ambiental, de proteção de mananciais e do Catetinho.

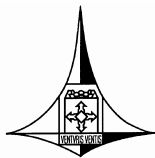
– Tece considerações a respeito dos tópicos “Pontos de conflito observados nas 11 audiências públicas realizadas” e “Explicações do Governo que dirimiram o impasse de algumas questões”, constantes nas conclusões da CAF, CCJ e CDESCTMAT.

– Apresenta à Mesa questionamentos referentes à gleba ao longo da DF-140, ao Setor Habitacional Catetinho, à área tombada, à área de contenção urbana e à cota social.

– Enfatiza a necessidade de prazos para conclusão dos relatórios, elaboração de um substitutivo e apresentação de emendas de plenário.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES, presidente da sessão e da CAF

– Responde a parte dos questionamentos do Deputado Cabo Patrício e lembra que o Secretário de Habitação, Paulo Roriz, estará presente à comissão geral de amanhã, ocasião em que poderá elucidar as dúvidas sobre a parte social.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GUSTAVO SOUTO MAIOR, presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

– Informa que um estudo feito durante o governo atual propõe a ampliação e não a redução da Área de Proteção de Mananciais do Catetinho.

– Argumenta que o ponto que deve balizar a discussão sobre a implantação do Setor Habitacional Catetinho é a disponibilidade hídrica no DF.

– Lamenta a ausência de representantes do IBAMA e da CAESB nesta discussão de questões referentes ao impacto ambiental e aos recursos hídricos.

– Considera desastrosa a proliferação indiscriminada de parcelamentos irregulares na bacia do rio São Bartolomeu, que inviabilizou a construção da barragem antes prevista.

– Analisa algumas propostas para o abastecimento de água do DF.

– Discorda da tese do Deputado Batista das Cooperativas de que o Setor Catetinho será invadido caso o governo não promova a ocupação regular.

CASSIO TANIGUCHI, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

– Critica a ocupação da área da bacia do São Bartolomeu, que não foi monitorada.

– Esclarece que a criação de zona de contenção urbana é uma alternativa para evitar a ocupação desordenada de áreas que devem ser preservadas.

– Destaca a importância de estudos ambientais técnicos rigorosos para evitar a degradação.

– Defende a adoção de formas alternativas de economia de água e energia.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GEORGE GUILHERME FRANCISCONI, conselheiro do CONPLAN

- Avalia que o grande mérito das zonas de contenção urbana é promover a preservação ambiental e introduzir um novo conceito de política territorial.
- Rechaça a noção de que as zonas de contenção urbana servirão ao propósito de aumentar impostos.
- Relembra os termos da exposição de motivos que criou o São Bartolomeu.
- Contrasta os prazos estabelecidos para revisão da legislação ambiental e urbana.

DEPUTADO GERALDO NAVES – DEM

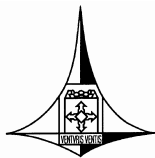
- Pergunta em que ano foram registradas as primeiras ocupações nas margens do São Bartolomeu.

GUSTAVO SOUTO MAIOR, presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

- Informa que os primeiros registros de parcelamentos irregulares na bacia do São Bartolomeu datam de 1985.

DEPUTADO GERALDO NAVES – DEM

- Manifesta confiança na seriedade e competência do presidente da CAESB.
- Afirma que o Distrito Federal está amplamente ocupado.



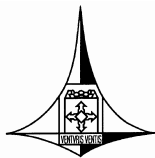
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GEORGE GUILHERME FRANCISCONI, conselheiro do CONPLAN

– Explica a proposta de zoneamento que garante a concessão de benefícios àqueles que preservarem o ambiente.

DEPUTADO CHICO LEITE – PT

- Declara seu amor por Brasília.
- Indaga se há cautela do governo no que tange à transformação de área rural em urbana.
- Frisa que o PDOT não pode se transformar em instrumento de especulação imobiliária.
- Mantém que o adensamento populacional é nefasto para a população do DF.
- Enfoca a necessidade de enfrentar a carência habitacional que se concentra principalmente entre as classes de baixa renda.
- Cobra a apresentação da lista com os nomes dos contemplados pelos programas habitacionais do governo.
- Crê que o PDOT deveria contemplar a gestão orçamentária participativa como instrumento de política urbana.
- Apresenta questionamentos relativos à transformação de áreas rurais em urbanas, implantação de parques urbanos, e conservação do patrimônio histórico e arquitetônico fora de Brasília.
- Adverte que a imediata resposta ao *deficit* habitacional pode resolver um problema e causar outros mais graves, caso não esteja calcada em bases conceituais sólidas.
- Elogia a iniciativa da comissão geral e destaca a importância do debate.
- Pede ao governo transparência na questão dos programas habitacionais.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE, líder do Governo

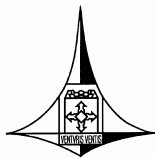
- Adverte que todos são responsáveis pelo rumo que tomará o PDOT: o interesse público ou o favorecimento de particulares.
- Observa que a valorização de algumas áreas é consequência natural da aprovação do PDOT.
- Sustenta que um dos grandes avanços propostos no PDOT é a implementação das zonas de contenção urbana.

DEPUTADO REGUFFE – PDT

- Destaca a importância do plano diretor para a organização e o planejamento da expansão urbana.
- Aponta o trânsito como questão preocupante a ser tratada nas discussões do PDOT.
- Defende a prevalência do interesse coletivo sobre a especulação imobiliária nas questões habitacionais.

CASSIO TANIGUCHI, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

- Considera-se responsável por fazer Brasília continuar a trilhar o caminho original traçado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.
- Expõe dados demonstrativos da baixa densidade populacional de Brasília, em comparação com outras capitais internacionais.
- Declara que fora do Plano Piloto há fragmentação do tecido urbano, além de grande desigualdade social.
- Afirma que pretende buscar formas de equalizar essa desigualdade e que a prioridade do Governador Arruda são as populações em situação de risco.
- Anuncia que está sendo feito trabalho de urbanização da Estrutural e de outras localidades de baixa renda como Denocs, Vila Basevi, Pôr-do-Sol, Sol Nascente e algumas áreas de Ceilândia e Samambaia, para criar condições dignas de habitação e infra-estrutura.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Informa que está sendo realizada auditoria na lista dos programas habitacionais.
- Revela que, com a concordância do Deputado Batista das Cooperativas, o GDF cancelou dois editais para cooperativas.
- Frisa que é importante impedir novas ocupações e esclarece que o governo está intensificando as fiscalizações.
- Refere-se à criação da CODHAB, voltada para a implementação de uma política habitacional consistente e transparente.
- Salaria que a preservação do patrimônio histórico está contemplada no PDOT.
- Aborda a questão da utilização e manutenção dos parques e áreas de conservação.
- Conclui que o PDOT deve ser instrumento de melhoria da qualidade de vida de toda a população e de nivelamento das rendas díspares existentes no DF.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Benício Tavares):

- Convida todos para a comissão geral a realizar-se amanhã.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro Secretário

Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 168 (Suplemento), de 19/09/2008.

**ATA SUCINTA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 10 DE SETEMBRO DE 2008,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.**

Revisora: _____ Chefe do Setor: _____ (Li/Cr/LO/Tof)